

## Câmara Municipal de Irupi

## JUSTIFICATIVA.

O Art. 39 § 4º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) determina o que os agentes públicos podem e o que são vedados a título de recebimentos, vejamos:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

. . . . . .

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

Notemos que nossa Carta Magna, descreve categoricamente o que os agentes políticos e os Secretários podem e não podem receber.

Nesse sentido, em momento algum veda-se o pagamento de Auxilio Alimentação, instituto distinto de todos os que são vedados no âmbito Constitucional. Cabe destacar que Auxilio Alimentação sequer é uma espécie remuneratória, mais sim, um Auxilio com finalidade específica.

Neste diapasão, hermeneuticamente, entendemos que há possibilidade do pagamento do referido Auxilio Alimentação como se pretende.

Visando dar transparência e conhecimento aos interessados, foi elaborado um relatório de impacto financeiro aos cofres públicos, apresentando quadro comparativo e 'percentual de gastos com base na despesa do Poder Legislativo Municipal, conforme segue anexo.

Sala das Sessões, Plenário Vereador Jeremias de Castro Souza, aos 19/11/2025

Vereadores:



## PROJETO DE LEI Nº 010/2025

AUTORIZA O PAGAMENTO DE AUXILIO ALIMENTAÇÃO AOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRUPI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRUPI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a presente Lei.

- **Art. 1°** Fica autorizado o pagamento de auxilio alimentação aos Vereadores da Câmara Municipal de Irupi, conforme regulamentação desta Lei.
- **Art. 2°** O Auxilio Alimentação será pago mediante contrato com empresas afins que forneçam os serviços constantes dessa Lei.
- **Art. 3°** O valor a ser pago pela Câmara Municipal a título de Auxilio Alimentação aos Vereadores em atividade, será de 175 (cento e setenta e cinco) VRTEs (Valor de Referência do Tesouro Estadual) mensais, reajustados anualmente, conforme atualização do VRTE a partir da publicação da presente Lei.
- **Art. 4°** Não terá direito ao Auxilio Alimentação o vereador que:
  - I Estiver cedido a outro órgão (licenciado);
  - II Nomeado e que ainda não esteja empossado;
- III Que esteja em licença sem vencimentos, salvo no caso de licença por motivos previstos em Lei.
- **Art. 5°** A Câmara manterá cadastro no órgão ou programa competente para servir de base legal, no que couber para o pagamento do Auxilio Alimentação.



## Câmara Municipal de Irupi

**Art. 6°** Verificada a ocorrência de pagamento indevido de Auxilio Alimentação, a importância será descontada no pagamento do mês subsequente.

**Art. 7º** Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Irupi, Estado do Espírito Santo, encarregada de, mensalmente, providenciar a relação de Vereadores com direito de receber o Auxilio Alimentação, bem como, fazer cumprir os dispositivos da presente Lei.

**Art. 8°** As despesas desta Lei serão provenientes do orçamento da Câmara Municipal de Irupi.

**Art. 9°** As despesas com o Auxílio Alimentação não serão computadas como gasto com pessoal.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2026.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Irupi, Estado do Espírito Santo, aos 19 de novembro de 2025.

Vereadores: